

A VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRICANA E O SEU RECONHECIMENTO NO BRASIL.

Hélis Cristina Alves de Lima ¹
Maysa Karlinda de Sousa Lacerda ²
Maria Ionete Andrade Ferreira³

INTRODUÇÃO

Ao serem trazidos para o Brasil, os africanos trouxeram consigo a própria África, apresentando um patrimônio cultural imaterial e material nos seus objetos, rituais, hábitos, textos e os diversos saberes que encontram-se presentes nas diversas áreas. É necessário frisar que os africanos devem e necessitam ser vistos além das condições de mão-de-obra e identificar toda a resistência desenvolvida durante todo o processo de escravidão.

A presente pesquisa buscou trabalhar acerca do conhecimento dos alunos de 9º ano da EMEIF Leandro Alves Correia, turno tarde, na cidade de Cedro/Ceará, sobre a cultura africana, como estes relacionam com a cultura Brasileira e a questão da escravidão.

O presente trabalho teve como objetivo identificar, pesquisar e compreender a presença da cultura africana dentro do contexto cultural e social no cotidiano brasileiro, buscando desconstruir e construir os conceitos e pré-conceitos sobre a arte, religião, culinária, dança existentes na atual sociedade.

Espera-se que os alunos passem a identificar a valorização passando a reconhecer a importância da cultura africana e o leque de coisas inseridas no nosso dia a dia que foram trazidos pelos africanos para o país.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O projeto foi aplicado na EMEIF Leandro Alves Correia, no Município de Cedro/CE. A turma escolhida foi o 9º ano, por perceber a melhor aplicabilidade e um maior conhecimento de mundo adquirido através das etapas educacionais anteriores, podendo assim ser feito um contraponto desses conhecimentos.

Após a escolha foi aplicado um questionário com perguntas ligadas a vinda dos negros ao Brasil, o processo de escravidão, o respeito pela cultura africana, os espaços onde estas poderiam ser vivenciadas e/ou visualizadas, entre outros questionamentos. Estas questões tiveram como objetivo perceber o conhecimento prévio dos alunos sobre os temas.

A pesquisa apresentada é de cunho bibliográfico e exploratório com fundamentação textual de acordo com os autores que versam sobre os temas que se encontram relacionados ao conceito de raça e etnia, a promoção da diversidade e a autoafirmação da identidade negra em consonância com os processos educativos no Brasil. Para o seu desenvolvimento foi realizada

¹ Licenciada em Letras Pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu FECLI/UECE. Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa Pela Universidade Gama Filho UGF. Servidora Pública do Município de Cedro; christinalima@hotmail.com. ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9790-568X>

² Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu/CE. cursando Especialização em Filosofia/Sociologia pelo Instituto Prominas, marysalacerda@hotmail.com

³ Mestranda do curso de Gestão pelo Instituto Politécnico de Tomar. Pós-graduada em metodologia do Ensino em Educação Básica pelo ISEC/PB. Pedagoga. Professora de escola pública Municipal. ioneteandradeferreira@hotmail.com

abordagem bibliográfica considerada importante para organizar e estruturar o presente trabalho. A pesquisa bibliográfica se desenvolve principalmente através de livros e artigos científicos, pois permite investigar diversos fenômenos, inclusive quando se trata dos dados históricos (GIL, 2008).

A pesquisa exploratória não requer a formulação de hipóteses para serem testadas, ela se restringe por definir objetivos a buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo, portanto ela seria um passo inicial para o projeto de pesquisa (GIL, 2008).

DESENVOLVIMENTO

Os colonizadores portugueses ao chegarem no Brasil contribuíram para o processo de miscigenação do país. Pode-se perceber que a cultura negra possui fortes raízes no contexto brasileiro, devido a toda trajetória negra. O período colonial (1500-1889) teve uma economia baseada na escravidão e de acordo com os registros foi a maior e mais longa da história. No entanto, após a abolição da escravatura, muitos dos africanos ficaram perdidos dentro de uma sociedade, foram um dos povos de maior contribuição para a cultura que são expressões da população brasileira. Com o processo de globalização, atualmente, abriu-se uma vertente para as manifestações afro-brasileiras, mesmo diante de repressão preconceito de uma cultura negra excluída. Os cultos afro chegaram no Brasil com algumas modificações em seus ritos religiosos, havendo assim a integração intertribal (IPEA, 2011)

De acordo com Cunha Junior (1997, p.67) “a ausência da História Africana é uma das lacunas de grande importância nos sistemas educacionais brasileiros”, nesse momento surgiu os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s, com seus temas transversais e a introdução da pluralidade étnico-cultural, sendo assim uma possibilidade de inclusão das diversas solicitações dos movimentos Negros, para a valorização da História Africana e a História do negro no ensino.

Mediante diversas discussões, lutas e adequações, com derrotas e vitórias, surgiu a lei de nº 10.639/03, ou seja, a obrigatoriedade do ensino de História e cultura afro-brasileira. Quando se fala em educação brasileira deve-se entender que as relações étnicas raciais são os alicerces da cultura dessa nação, a construção do processo capitalista deve ser pontuada desde o período escravocrata da população indígena, em seguida a população negra, gerando assim concepções e práticas racistas ao longo do tempo. Em 9 de janeiro de 2003, suscita no bojo da Educação brasileira as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana. Onde seu parecer regulamenta a alteração trazida à Lei 9394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Assim como cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26ª e 79B na Lei 9394/1996, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às Histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros.

No século XX, com o lançamento de Gilberto Freyre, “Casa Grande & Senzala” desencadeando assim debates sobre relacionamento de escravos com seus senhores. Dentro diversos estudos, percebe-se que historicamente a economia brasileira fomentou-se de forma harmonia e patriarcal dentro de cruzamentos dos indivíduos no processo de formação da sociedade brasileira, nesse contexto pode-se perceber a miscigenação entre as raças e assim identifica-se a relação entre Senhor e Escravo.

No entanto, percebe-se toda essa mistura de raças, porém, a sociedade ainda buscar estereotipar o negro, apontando assim características que não são suas dentro de um conceito de moral e pecado nada condizente com a realidade. Para os negros pré-conceitos pré-

concebidos como: corrupto, impuro, pecaminoso tornaram-se males existentes dentro de uma sociedade racista. Dentro desse conceito pré-estabelecido Munanga (1988, p. 14-15) relata que:

Em cima dessa imagem, tenta-se mostrar todos os males do negro por um caminho: a Ciência. O fato de ser o branco foi assumido como condição humana normativa e o de ser negro necessitava de uma explicação científica. Uma primeira tentativa foi a de pensar o negro como um branco degenerado, caso de doença ou de desvio à norma.

A superioridade é imposta a maioria dos educadores, e nisso para muitos a preparação para o enfrentamento e as desmitificações dos preconceitos torna-se algo inapropriado. É necessário entender que o processo de formação torna-se algo contínuo e de transformação dentro de uma sociedade a busca sempre reformulação e aceitação; e estes valores devem ser capazes serem assimilados e perpassados de uma ser a outro, trabalhando assim as suas diferenças.

Etimologicamente, a palavra preconceito, vem do latim *prae* = antes, e *conceptu* = conceito, segundo Cashmore (2000, p. 438) “este termo pode ser definido como conjunto de crenças e valores aprendidos, que levam um indivíduo ou grupo a nutrir opiniões a favor ou contra os membros de determinados grupos, antes de uma efetiva experiência com estes”.

Na concepção do preconceito no Brasil este segrega determinados grupos dentro da sociedade, acarretando uma supremacia de um povo dentro de uma cultura sobre outros, expressando assim nas diferentes formas: racial, cultural, religioso, biológico, sexual. No Brasil percebe-se que acontece uma forma de preconceito velada, onde tem como intuito vislumbrar o processo de igualdade racial, entretanto, tem um caráter de atentando ao valor da cultura.

O preconceito racial, encontra-se interligado a forma de ser de cada indivíduo perante as suas manifestações interpessoais, a aceitação dos padrões de comportamento, a acomodação entre a utilização de expressões para expor a cor de forma que demonstram o preconceito na utilização do pardo, moreno ou preto.

O ambiente escolar é um local de agrupamento cultural dentro das diversidades de cada grupo, no entanto existe um grave problema dentro desse contexto, ou seja, quando se coloca dentro do padrão de comportamento os pontos bases de discriminação do outro, isso torna-se uma ameaça ao processo de coletividade. De acordo com Rocha (2007, p. 19) “visão de mundo que considera o grupo a que o indivíduo pertence o centro de tudo. Elegendo como o mais correto e como padrão cultural a ser seguido por todos, Considera os outros, de algumas formas diferentes, como inferiores”.

As organizações educativas devem ser tidas como instrumentos de construção coletiva, contudo, esse processo pedagógico ainda encontra-se enraizado ao processo de colonialismo, a uma gestão escolar em sua maioria autoritária, buscando impor sempre as diferenças dentro de planejamentos elaborados para determinado período e não para uma mudança de atitude diária.

O negro ao longo da história vem ser o ser subordinado dentro de uma luta constante contra o preconceito e a discriminação. De acordo com as Diretrizes Curriculares, ao longo da história o Brasil passou a estabelecer modelos de desenvolvimento excludente, impedindo assim que muitos brasileiros tivessem acesso as instituições de ensino e nelas permanecessem

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período da 2003-2010 o governo manteve um diálogo permanente com os movimentos sociais, a fim de atender as demandas dentro das políticas inclusivas e afirmativas. Nesse período buscou-se reparar os danos a essa parcela da população fazendo um resgate a

cultura e sua história. As leis nº10.693/03 e 11.645/08 trabalham esse assunto de forma a determinar a inserção do estudo da Cultura Afro e Indígenas nas instituições educacionais. A escola torna-se a principal fonte de luta contra a discriminação das parcelas populacionais, menos desfavorecidas, devendo assumir então o papel de combater os problemas sociais vivenciados no Brasil.

Quando se analisa historicamente a geração das desigualdades entre os grupos de cor, verifica-se estas se acumularam sendo transmitidas de geração, tornando-se assim responsáveis pela perpetuação da separação entre os seres humanos. A Lei Nº10.639/03 foi trabalhada com a turma visando apresentar e demonstrar que a obrigatoriedade do estudo da cultura afro e, que esta deve ser trabalhada diariamente. No primeiro momento quando foi analisado as respostas do questionário inicial, percebeu-se que o conhecimento dos alunos era tido como satisfatório haja vista o que se esperava sobre o assunto.

Foram trabalhados trechos de livros, filmes, documentários sobre o tema a fim de estimular o imaginário e a discussão sobre a forma como foram tratados os negros quando tiveram de vim para o Brasil, e como ficou este estigma até os dias atuais. Após este período de conhecimento e leitura, o projeto foi dividido em 02 (dois) momentos. O primeiro momento a turma foi dividida em equipes, deixando cada equipe com um tema relacionado a cultura afro: música, arte, religião, culinária, danças e literatura. Este primeiro momento visou incentivar à pesquisa demonstrando a importância de conhecer fontes históricas, que são o alicerce de todo ensino da História e as áreas afins. O segundo momento foi dividido em etapas e com a participação dos professores de Língua Portuguesa, História, Artes, Educação e Ciências. Iniciou-se esse trabalho a professora de Língua Portuguesa passando em sala o filme BESOURO, após esse momento o professor de Educação Física apresentou aos alunos o histórico da capoeira, seus efeitos sobre o corpo humano e como esta chegou ao Brasil.

O reconhecimento da capoeira enquanto patrimônio da cultura imaterial brasileira tem sido uma luta de seus praticantes desde 1936, para que o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) a registrasse como tal. Para isso, era preciso que a capoeira se enquadrasse em uma das categorias listadas, ao contrário do que o SPHAN exigia, a capoeira era considerada crime pelo Código Penal (OLIVEIRA e LEAL, 2009), foi apenas no ano de 2008 que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAM) reconheceu culturalmente esta prática, assim como seus praticantes desejavam.

O professor de educação física é graduado e completou 15 anos de capoeirista, alguns alunos participam do Programa Mais Educação e na escola uma das atividades era a Capoeira. É necessário frisar que antigamente a capoeira possuía todo um ritual de horários, vestimentas e praticantes. Hoje nota-se que durante as rodas de capoeira que outros elementos não seguem como antigamente, em alguns grupos as vestimentas dos capoeiristas já não são padronizadas, já não se tem mais hora certa para começar uma roda, a hierarquia também já perdeu um pouco do seu valor. Enfim, os elementos, e os rituais da capoeira estão sendo resinificados de acordo com a realidade social de seus praticantes, que não conseguem mais serem apenas capoeiristas, precisam ter outras atividades e outras funções para se manterem.

O professor trabalhou durante 02 meses, levou os alunos para a roda de capoeira que ele faz parte, trabalhou juntamente com o professor de artes a confecção de instrumentos para a escola. O projeto foi finalizado com um trabalho sobre preconceito e discriminação ao povo africano e seus descendentes, buscando sempre destacar a luta e a resistência de um povo contra todo e qualquer tipo de preconceito. O encerramento se deu através de apresentações artísticas, religiosas, culinárias (com o histórico da comida, modo de preparo) proporcionando a todo colegiado a degustação das comidas e o conhecimento das diversas faces da cultura africana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto buscou valorizar, mostrar e principalmente fazer o educando perceber a História do povo africano ao ser trazido para o Brasil, todo o processo de resistência que existe até hoje, fazendo com que percebessem que todo esse processo os tornou produtores da cultura a qual é de extrema importância na construção da cultura brasileira.

Percebeu-se que, buscar assegurar que a educação das relações étnico-racial dentro de um amplo processo de mudança, apresente efetivamente o resgate ao respeito entre homens e mulheres, que o ensino de História e Cultura afro-brasileira e indígena passem a fortalecer a luta, o respeito a cultura e a esse povo. Concluiu-se que a cultura africana no contexto brasileiro tem de ser tratada como questão educacional e também social; pois é ela fonte de subsídios para o misto cultural que o Brasil faz parte.

Palavras-chave: Afro-brasileira. Capoeira. Conhecimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

_____. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECAD; SEPPPIR, 2009. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/arquivos/leiafrica.pdf>. Acesso em: 17/07/2019

CASHMORE, Ellis. **Dicionário das relações étnicas raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **A história africana e os elementos básicos para o seu ensino**. Núcleo de Estudos Negros (NEN) Florianópolis - SC, 1997.

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

IPEA. Instituto de Pesquisa Aplicada a Economia. Revista 2011. Ano 8. Edição 70 - 29/12/2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23. Acesso em 22/09/2019

OLIVEIRA, J.P e LEAL, L.A.P. **Capoeira identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2009.

Munanga, Kabengele. **Negritude Usos e Sentidos**. 2 ed. Sp. Ática, 1988

ROCHA, Genylton Odilon Rego da Rocha. Reflexões sobre currículo e política curricular. IN: PARÁ, Secretaria de Estado de Educação. **A Educação Básica no Pará: elementos para uma política educacional democrática e de qualidade Pará todos**, 2008, p.71-96